



Observatório de Política Externa Brasileira

– Informe de Política Externa Brasileira – Fevereiro – 2011

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Veja*, *Carta Capital* e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Mestrandos: Tiago Pedro Vales (História - UNESP/Franca - bolsista FAPESP); Adriana Suzart de Pádua (História - UNESP/ Franca - bolsista CAPES); Camila Cristina Ribeiro Luis (Relações Internacionais - Santiago Dantas)

Graduados em Relações Internacionais: Celeste de Arantes Lazzerini

Graduandos em Relações Internacionais: Raphael Camargo Lima.



Observatório de Política Externa Brasileira

Os primeiros dois meses de governo da nova presidente do Brasil, Dilma Rousseff, não foram marcados por muitas ações voltadas para a política externa brasileira. No entanto, nas poucas manifestações da presidente sobre o assunto, no mês de fevereiro, já foi possível perceber uma mudança na postura brasileira relativamente ao governo anterior ao lidar com assuntos externos de interesse nacional.

Os periódicos analisados pelo informe mensal do Observatório de Política Exterior, principalmente os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, apesar de reservar grande espaço para noticiar a crise do Oriente Médio e norte da África, não deixaram de salientar as significativas diferenças na condução da política externa brasileira entre o governo Luiz Inácio Lula da Silva e o atual governo Dilma Rousseff. Tais diferenças, segundo esses periódicos, podem ser percebidas pela postura adotada pelo Brasil em condenar no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), o qual preside atualmente, as ações violentas do governo líbio contra os manifestantes que pedem a saída do Coronel Muamar Kadafi do governo e pela disposição demonstrada pela presidente brasileira em cumprir acordos e contratos negociados no âmbito do Mercosul, sinalizada na primeira reunião com sua homóloga argentina.

Outros assuntos tratados pelos periódicos semanais foram o envio de tropas brasileiras para compor a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil) e questões relativas ao comércio exterior com a China.

Novas Diretrizes da Política Externa Brasileira

Relações Multilaterais

No dia 22 de fevereiro, o Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas, presidido atualmente pelo Brasil, condenou o regime do coronel Muamar Kadafi pela repressão à população líbia, que saiu às ruas manifestando-se e exigindo sua saída do poder.



Observatório de Política Externa Brasileira

O Brasil foi um dos patrocinadores do texto aprovado pelo CS e endossou a iniciativa da Grã-Bretanha, que sugeriu em nome da União Europeia, que o Conselho de Direitos Humanos da ONU se reunisse em plenária extraordinária em Genebra, a fim de abrir uma investigação sobre as ações perpetradas pelo regime líbio. Contra a condenação da Líbia pelo CS se posicionaram os países árabes (exceto a Jordânia), africanos, Cuba e Venezuela.

No mesmo dia o chanceler do Brasil, Antonio Patriota, exprimiu publicamente o repúdio do Palácio do Planalto aos atos violentos ocorridos na Líbia. Patriota qualificou a violência naquele país como inadmissível e inaceitável.

O jornal *O Estado de S. Paulo* apontou que a ação brasileira no âmbito da ONU contra um regime tido como ditatorial e que desrespeita os direitos humanos marca um novo rumo da política externa nacional no governo Dilma Rousseff. Rumo este que já vinha sendo anunciado mesmo antes da posse da presidente eleita, quando manifestou sua posição contrária ao voto brasileiro de não-aplicação de sanções contra o Irã no caso da viúva Sakineh Ashtiani, condenada ao apedrejamento por suposto adultério e cumplicidade na morte do marido na gestão de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva. Para ratificar o redirecionamento da posição do país no referido assunto, o diário lembra ainda que se a crise líbia tivesse ocorrido durante a gestão anterior, certamente o ex-presidente Lula teria orientado seu ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a minimizar os atos do coronel Muamar Kadafi contra a população. Isto porque, segundo o periódico, o Brasil nesse período cultivou relações com países opressores como Irã, Cuba, Venezuela e a própria Líbia.

O jornal *Folha de S. Paulo* também fez referência à condenação ao regime de Muamar Kadafi no Conselho de Segurança da ONU e à proposta de que se investiguem os crimes do ditador. Segundo o diário, o Itamaraty aparenta retificar, no governo Dilma Rousseff, a excessiva complacência da era Lula com ditaduras de estilo terceiro-mundista e que o Brasil, após sua gestão, não tem nada a ganhar em se alinhar a esses países.



Observatório de Política Externa Brasileira

Apesar da crítica do periódico, é possível incluir a posição brasileira no órgão dentro de um *continuum* do escopo de ação da política externa brasileira, em outras palavras, pode-se dizer que a atuação não apresenta novidades aos posicionamentos brasileiros. Isso porque o conflito líbio é um exemplo de supressão do Estado dos direitos de livre-manifestação do povo e, portanto, trata-se de um foco de instabilidade regional. Sendo assim, suas características bem enquadram-se no tipo de questão frente à qual o Brasil agiria com condenação, por não se tratar estritamente de direitos humanos, mas também de soberania popular e democracia. Basta recordar a posição veemente de defesa de líderes democraticamente eleitos em 2009 durante a crise política instaurada em Honduras pela deposição do presidente Manuel Zelaya. Nesse sentido, o governo brasileiro agiu dentro de um domínio no qual o governo Lula agiu e, portanto, infere-se que não houve ineditismo.

O mesmo periódico também sinaliza alteração de conduta brasileira no que se refere a sua política externa ao comentar a entrevista concedida pela presidente Dilma Rousseff antes de embarcar para sua primeira viagem oficial para a Argentina. Na ocasião, a presidente comentou a situação dos direitos humanos em Cuba e não hesitou em distanciar-se da condescendência que o governo Lula reservou à ditadura dos irmãos Castro. Rousseff lembrou ainda casos de violações sob responsabilidade dos Estados Unidos, como Abu Ghraib e Guantánamo e declarou literalmente que não negociará os direitos humanos.

Para o diário, as declarações da presidente reafirmam o grau necessário de intransigência na matéria e não implicam em violar o princípio de não-ingerência, nem o interesse nacional de manter relações diplomáticas e comerciais com todos os países.

Embora ambos periódicos concordem sobre a diferença de abordagem no que se refere à política externa nos dois governos em questão, o jornal *O Estado de S. Paulo* discorda da opinião apresentada por editorial do jornal *Folha de S. Paulo* de que tal postura da presidente seria motivada pelo fato de



Observatório de Política Externa Brasileira

haver a presença de uma mulher na Presidência, ou à condição de Rousseff ter sido torturada durante a ditadura militar.

Uma possível diferença entre as políticas externas de Dilma e Lula em matéria de Direitos Humanos já aparecia na mídia antes mesmo da nova presidente assumir seu mandato e se constitui como fato. Independente de sua motivação, o redirecionamento da diplomacia brasileira neste tema é visto com bons olhos tanto pelos diários *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, quanto pelas muitas organizações não-governamentais internacionais que criticam, há muito tempo, a postura brasileira considerada como displicente frente a fatos internacionais merecedores de maior atenção.

Relações Regionais

No âmbito regional, também foi possível perceber uma nova postura do governo brasileiro no que tange ao Mercosul, e principalmente, ao seu maior parceiro dentro do bloco, a Argentina.

O primeiro compromisso externo da presidente Dilma Rousseff foi a recente visita a sua homóloga argentina Cristina Kirchner, em Buenos Aires. Na ocasião, Rousseff declarou que o relacionamento entre os países será mais produtivo à medida que se articulem mais estreitamente, especialmente com uma aproximação nas questões de desenvolvimento econômico, tecnológico e de qualidade de vida. No entanto, a dirigente brasileira ressaltou, ainda, que o Brasil não aceitará quebras de contratos empresariais e comerciais. As duas presidentes não tocaram nas questões controversas da área comercial.

O jornal *O Estado de S. Paulo* considera que, tendo agendado a primeira viagem ao exterior para a Argentina, a mandatária brasileira conseguiu mostrar à presidente argentina a importância que o governo brasileiro atribui à parceria entre os dois países, com vistas tanto ao estreitamento das relações bilaterais como ao fortalecimento do processo de integração de ambos com os demais países da região. Contudo, o diário afirma que se o governo de Dilma Rousseff deseja realmente mudar o relacionamento entre os países, visando uma



Observatório de Política Externa Brasileira

solidez e credibilidade maiores para as regras do comércio, tem no episódio da ampliação da lista de 400 para 600 itens atingidos pelo sistema de licenças não automáticas anunciada pelos argentinos poucos dias antes da visita da mandatária brasileira uma boa oportunidade de reagir energicamente a este abuso. O periódico acredita que, desta maneira, o Brasil contribui para fortalecer o Mercosul, enfraquecido exatamente devido a algumas iniciativas pontuais de proteção do mercado doméstico de alguns membros a produtos originários dos parceiros do bloco do Cone Sul.

Para *O Estado de S. Paulo*, o governo Lula omitiu-se ou agiu com injustificável complacência na maior parte das vezes em que houve situações semelhantes de restrição à entrada de produtos nacionais na Argentina e, por isso, os argentinos não colocaram limites à sua política protecionista. Deste modo, o jornal considera que o novo governo brasileiro tem o dever de mostrar ao seu parceiro platino que existirão limites a partir de agora e que estar no Mercosul implica responsabilidade e direitos recíprocos, entre os quais, a livre circulação de mercadorias entre os países do bloco. Assim, o periódico reforça a sugestão da presidente brasileira de respeitar tratados, acordos e contratos, acreditando que este é o caminho para fortalecer o Mercosul.

O jornal *Folha de S. Paulo* também comentou a viagem da presidente Dilma Rousseff à Argentina, classificando-a como um bom começo para a relação entre os dois países e para o Mercosul. O diário acredita que Brasil e Argentina devem renovar a pauta de interesses comuns, de modo a obterem um salto de qualidade nas relações políticas e econômicas, mas adverte que a crescente participação da China, que se tornou o principal importador de produtos brasileiros e argentinos em detrimento do comércio entre os membros do bloco, pode constituir-se em uma ameaça ao Mercosul.

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, a exportação à China pode ser prejudicial na medida em que tornam os países do Mercosul dependentes de um determinado produto, como a soja ou minerais. Por outro lado, a entrada de capital proveniente dessas exportações acaba por valorizar as moedas locais



Observatório de Política Externa Brasileira

no Mercosul, prejudicando as indústrias que perdem espaço para os produtos chineses.

Como solução, o jornal aponta que, para reforçar a competitividade do bloco será preciso repensar a insistência na ideia de união aduaneira, baseada em problemática tarifa externa comum, e fixar-se por ora na de zona livre de comércio, mais condizente com a perda de relevância do Mercosul num mundo mais competitivo.

Ainda que os membros do Mercosul encontrem diversas dificuldades no que concerne à harmonização de seus interesses no interior do bloco, um retrocesso no processo de integração, representado pela supressão da Tarifa Externa Comum e retorno a apenas uma situação de Livre Comércio, não resolveria tais divergências, ao contrário, aumentaria a competitividade e os desequilíbrios comerciais entre os países do cone sul-americano, dificultando também uma ação externa conjunta em instâncias supranacionais, como a Organização Mundial de Comércio (OMC) e o G-20.

Em um mundo competitivo, a capacidade de negociar com países mais desenvolvidos ou blocos mais fortes depende do avanço e do aprofundamento de ações regionais coordenadas coletivamente. Exemplo disso são as negociações retomadas pelo Mercosul com a União Europeia que, apesar da morosidade advinda da diversidade de interesses em pauta, os avanços alcançados são mais consistentes e equilibrados para ambas as partes devido à coordenação política do Mercosul para impor condições ao bloco europeu.

Além disso, a proximidade geográfica e as condições sócio-políticas dos países do cone sul-americano condicionam uma realidade de convivência entre os atores que perdurará por muito tempo, impondo a necessidade de aprender a cooperar em diversas áreas, inclusive econômica, para ampliarem ganhos em conjunto. A cooperação, contudo, não está isenta de conflitos, ao contrário, a cooperação prevê conflitos, mas ainda assim, pode ser mais vantajosa em termos de ganhos multilaterais do que uma situação de concorrência generalizada.



Observatório de Política Externa Brasileira

Deste modo, uma política externa que insiste na promoção da conciliação dos interesses regionais na área comercial de forma coerente, como o governo brasileiro parece buscar ao estreitar tais discussões com a Argentina, é razoável quando se tem em vista o respaldo internacional que a participação em um bloco econômico atuante pode oferecer a seus membros em negociações multilaterais.

Brasil e Missões de Paz

No dia 15 de fevereiro, o Brasil assumiu o comando da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil). Segundo reportagem do periódico *Carta Capital*, desde 1948, o Brasil já enviou 18.000 militares para operações de paz da ONU e a Unifil foi a primeira delas na qual um brasileiro comandará as forças marítimas. A revista apresentou argumentos que justificam a posição do Brasil de participação ativa em missões de paz, por meio de entrevista com o comandante brasileiro que liderará a força marítima da Unifil, Luiz Henrique Caroli, e pela apresentação de alguns conceitos apresentados pelo embaixador brasileiro no Líbano, Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura, em sua obra *Brasil: 60 Anos de Missões de Operações de Paz*.

Segundo o semanário, Caroli destacou que o primeiro objetivo da participação brasileira seria assegurar a segurança global, enquanto que o segundo seria a garantia de projeção internacional ao país. A revista afirma que, segundo Tarrisse, instabilidades políticas, sociais em diversas regiões do mundo afetam toda a comunidade internacional e a preservação da paz é essencial para conduzir atividades socioeconômicas diversas. Sendo assim, a posição do Brasil é de respeito às normas internacionais e de entendimento de que, em última instância, medidas coercitivas podem ser utilizadas. O tom da *Carta Capital* pareceu bem positivo ao tratar da posição ativa do Brasil nas missões de paz e, principalmente, ao abordar a questão da Unifil. Todavia, a



Observatório de Política Externa Brasileira

revista destacou que a imparcialidade da ONU nas missões representa um ponto de contenda.

A participação brasileira em Missões de Paz é um importante meio de promoção e de consolidação dos objetivos da Política Externa Brasileira de contribuir para a paz e a segurança internacionais de forma a assegurar um ambiente propício ao desenvolvimento e promoção da inserção internacional do Brasil amparado em princípios aceitos internacionalmente. Neste sentido, o poder militar expresso no envio de efetivos navais para a Unifil, cujo comando da Força-Tarefa Marítima da Força Interina caberá a um brasileiro, complementa as iniciativas diplomáticas em âmbito multilateral, concretizando a unidade da política externa.

Comércio Exterior

O Brasil tem sido um dos países mais visados pela China para obtenção de fontes de alimentos, minérios e petróleo, essenciais para sustentar o crescimento chinês de cerca de 10% ao ano. Em 2010, as empresas chinesas investiram mais de 17 bilhões de dólares em negócios na economia brasileira, colocando a China, pela primeira vez, como líder de investimentos estrangeiros no país. Diante deste avanço, o governo brasileiro tem elaborado alguns mecanismos para controlar a entrada de capital chinês de forma a estabelecer uma parceria equilibrada. Uma dessas medidas consiste na proibição da venda de terras que possuam 51% ou mais do seu capital controlado por estrangeiros. No caso das jazidas de minérios, o governo estuda restringir sua aquisição por meio do marco regulatório de mineração. Segundo o embaixador Sergio Amaral, presidente do Conselho Empresarial Brasil-China, o país asiático é, ao mesmo tempo, uma oportunidade e uma ameaça ao Brasil.

Referências Bibliográficas

Folha de S. Paulo – Editorial: **Dilma e Cuba** – 01/02/2011;
Folha de S. Paulo – Editorial: **Mercosul Paralisado** – 02/02/2011



Observatório de Política Externa Brasileira

Folha de S. Paulo – Editorial: **TV companheira** – 25/02/2011;
O Estado de S. Paulo – Editorial: **A Argentina continua a mesma** – 20/02/2011;
O Estado de S. Paulo – Editorial: **Da água para o vinho** – 24/02/2011;
Carta Capital – Nosso mundo: **O Brasil e sua luta contra a guerra** – 16/02/2011, p. 42-43;
Veja – Economia: **A China é aqui mesmo** – 02/02/2011, p.70- 71.